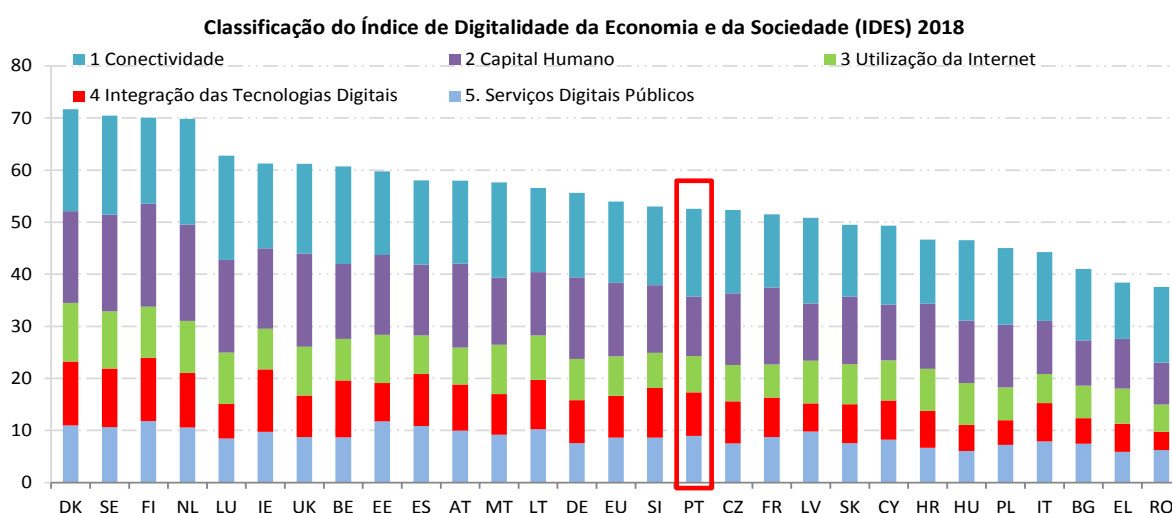


# O Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (IDES)<sup>1</sup> de 2018, Relatório por País, Portugal

O Relatório IDES regista os progressos realizados pelos Estados-Membros em termos da sua digitalização. Está dividido em cinco capítulos:

<b>1 Conectividade</b>	Banda larga fixa, banda larga móvel e preços
<b>2 Capital Humano</b>	Utilização da Internet, competências digitais básicas e avançadas
<b>3 Utilização de Serviços Internet</b>	Utilização de conteúdos, comunicações e transações em linha pelos cidadãos
<b>4 Integração das Tecnologias Digitais</b>	Digitalização das empresas e comércio eletrónico
<b>5 Serviços Públicos Digitais</b>	Administração pública em linha e saúde em linha

O IDES foi recalculado relativamente aos anos anteriores para todos os países, a fim de refletir as pequenas alterações na escolha de indicadores e as correções dos dados dos indicadores subjacentes. Como tal, as pontuações e as classificações por país podem ter sofrido alterações desde a anterior publicação. Para mais informações, consultar a nota relativa à metodologia usada no IDES em <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>.



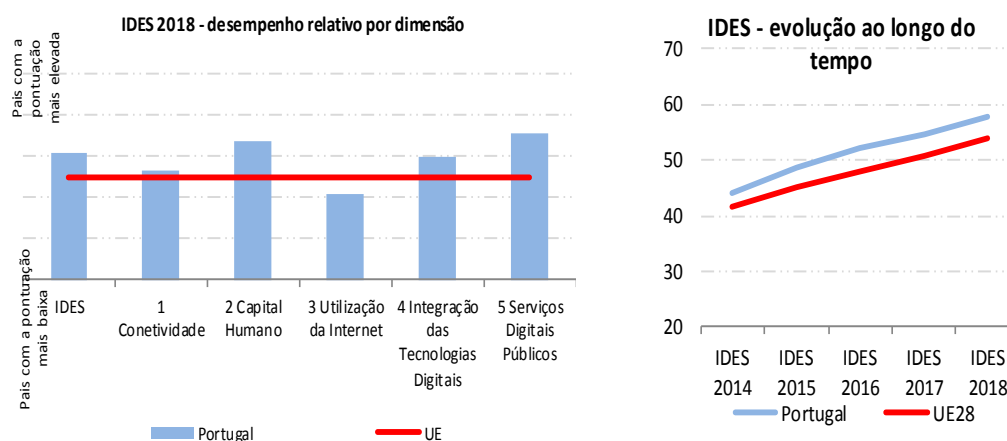
<sup>1</sup> <https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/desi>

	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
<b>IDES 2018</b>	<b>16</b>	<b>52,6</b>	<b>54,7</b>	<b>54,0</b>
IDES 2017	15	50,7	51,5	50,8

Portugal ocupa o 16.º lugar entre os 28 Estados-Membros da UE no IDES 2018. A pontuação geral de Portugal aumentou ligeiramente, embora numa proporção menor do que a média da UE. As pontuações de Portugal subiram em todas as dimensões do IDES, com exceção da Integração de Tecnologias Digitais. As melhorias dignas de nota dizem respeito à aderência a serviços de banda larga fixa e móvel, bem como à utilização da Internet pelos cidadãos, embora haja ainda margem para progressos em todos estes domínios. Embora Portugal tenha progredido mais rapidamente do que a média da UE em todas as componentes da dimensão Capital Humano, baixos níveis de competências digitais, especialmente entre os idosos e as pessoas com baixos níveis de educação ou baixos rendimentos, continuam a implicar riscos de exclusão digital e a entravar os progressos na maioria das outras dimensões do IDES.

Portugal faz parte do grupo de países com desempenho médio<sup>2</sup>.

Durante o ano de 2017, Portugal lançou e iniciou a implementação de duas iniciativas políticas abrangentes, respetivamente, sobre competências digitais e digitalização da economia: *INCoDe.2030* e *Indústria 4.0* (ver as secções 2 e 4 para mais informações).



<sup>2</sup> Os países com desempenho médio são a Espanha, Áustria, Malta, Lituânia, Alemanha, Eslovénia, Portugal, República Checa, França e Letónia.

# 1 Conectividade

1 Conectividade	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2018	8	67,4	62,4	62,6
IDES 2017	9	63,8	58,8	58,5

	Portugal				UE IDES 2018  valor
	IDES 2018		IDES 2017		
	valor	classificação	valor	classificação	
<b>1a1 Cobertura da banda larga fixa</b> % de agregados familiares	99,5% → 2017	8	99,5% 2016	8	97% 2017
<b>1a2 Aderência à banda larga fixa</b> % de agregados familiares	72% ↑ 2017	16	68% 2016	19	75% 2017
<b>1b1 Cobertura 4G</b> % de agregados familiares (média dos operadores)	94% ↑ 2017	15	93% 2016	10	91% 2017
<b>1b2 Aderência à banda larga móvel</b> Assinaturas por cada 100 pessoas	65 ↑ 2017	26	55 2016	25	90 2017
<b>1c1 Cobertura de banda larga rápida (NGA)</b> % de agregados familiares cobertos por VDSL, FTTP ou Docsis 3.0	95% → 2017	4	95% 2016	4	80% 2017
<b>1c2 Aderência à banda larga rápida</b> % agregados familiares com >= 30Mbps	51% ↑ 2017	9	43% 2016	7	33% 2017
<b>1d1 Cobertura de banda larga ultrarrápida</b> % de agregados familiares cobertos por FTTP ou Docsis 3.0	95% 2017	4	ND		58% 2017
<b>1d2 Aderência à banda larga ultrarrápida</b> % agregados familiares com >= 100Mbps	35,4% ↑ 2017	4	25% 2016	6	15,4% 2017
<b>1e1 Índice de preços da banda larga</b> Pontuação (0 a 100)	66 ↓ 2017	26	69 2016	23	87 2017

A classificação geral de Portugal no domínio da conectividade continuou a melhorar em 2018, passando para o 8.º lugar na UE, mas, apesar de uma boa cobertura, é prejudicada pelo seu desempenho em termos de aderência e preços. Em Portugal, a banda larga está disponível para todas as residências e as redes de banda larga ultrarrápida já estão disponíveis para 95% dos agregados familiares, o que constitui uma percentagem bem superior à média da UE de 58%. A cobertura 4G tem registado progressos (de 93% para 94%), ou seja 3 pontos percentuais acima da média da UE (91%). A aderência à banda larga, tanto fixa como móvel, melhorou em 2017, mas continua a constituir um desafio. Verificou-se um aumento da aderência à banda larga fixa de 4 pontos percentuais (68% em 2016 para 72% em 2017), reduzindo a diferença em relação à média da UE (75%). A melhoria verificada na aderência à banda larga móvel foi muito substancial (55 assinaturas por cada 100 pessoas em 2016 para 65 assinaturas por cada 100 pessoas em 2017), mas continua a estar muito longe da média da UE (90). Embora o desempenho de Portugal no Índice de preços da banda larga tenha piorado no período em causa, é de notar que os pacotes convergentes (ou seja, incluindo a Internet fixa e móvel e serviços de voz) são o

método mais representativo utilizado pelos operadores para vender serviços de comunicações eletrónicas no país, o que torna a avaliação mais complexa<sup>3</sup>.

O investimento e a concorrência entre os operadores privados têm impulsionado o alargamento da cobertura de banda larga ultrarrápida em Portugal. Não estão atualmente a ser utilizados quaisquer financiamentos públicos ou dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para apoiar a implantação da banda larga, mas as autoridades portuguesas continuam a acompanhar os projetos nas zonas rurais que beneficiaram de auxílios estatais no passado, a fim de garantir que sejam cumpridos os requisitos de acesso grossista não discriminatório e que os subsídios não sejam superiores ao necessário. Em outubro de 2017, a ANACOM, a autoridade reguladora nacional portuguesa, concluiu que as tarifas de acesso grossista aplicadas pela Fibroglobal nas regiões do Centro, da Madeira e dos Açores eram substancialmente superiores às da DStelecom, que explora as redes de banda larga rural subsidiadas nas regiões do Norte, do Alentejo e do Algarve. Em consequência, a ANACOM propôs ao Governo português uma redução (entre 24% e 55% em função do tipo de acesso) das tarifas grossistas aplicadas pela Fibroglobal.

A extensa implantação da FTTH coloca Portugal numa boa posição para atingir os objetivos europeus de cobertura de banda larga para 2020 e 2025. No entanto, são necessários esforços adicionais para atingir os restantes 5% dos agregados familiares sem cobertura de NGA e para facilitar a sua aderência.

---

<sup>3</sup> Os pacotes convergentes que incluem serviços de banda larga fixa, de telefonia fixa, de TV paga, de telefonia móvel e de banda larga móvel (conhecidos como pacotes 5), passaram a ser os pacotes mais populares no 3.º trimestre de 2017.

## 2 Capital Humano

2 Capital Humano	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
<b>IDES 2018</b>	<b>22</b>	<b>45,8</b>	<b>58,6</b>	<b>56,5</b>
IDES 2017	23	42,9	56,5	54,6

	Portugal				UE
	IDES 2018		IDES 2017		IDES 2018
	valor	classificação	valor	classificação	valor
<b>2a1 Utilizadores da Internet</b> % pessoas	71% ↑ 2017	24	68% 2016	24	81% 2017
<b>2a2 Pelo menos competências digitais básicas</b> % pessoas	50% ↑ 2017	20	48% 2016	21	57% 2017
<b>2b1 Especialistas em TIC</b> % de emprego total	2,4% ↑ 2016	24	2,3% 2015	22	3,7% 2016
<b>2b2 Diplomados em CTEM<sup>4</sup></b> Por 1000 cidadãos (com idades entre 20-29 anos)	18,6 ↑ 2015	12	17,8 2014	14	19,1 2015

Portugal realizou progressos em todos os indicadores desta dimensão e ganhou uma posição no índice IDES 2018. Verificou-se um aumento na percentagem de cidadãos portugueses que utilizam a Internet pelo menos uma vez por semana de 3 pontos percentuais (para 71%) em 2017 em relação ao ano anterior, mas está ainda 10 pontos percentuais abaixo da média da UE. Por seu lado, a percentagem de cidadãos que nunca utilizaram a Internet desceu quase 4 pontos percentuais, situando-se agora nos 22% em comparação com 13% para o conjunto da UE. Metade da população portuguesa não possui as competências digitais básicas necessárias para utilizar eficazmente a Internet e 30% não tem quaisquer competências digitais (sobretudo porque não utilizam a Internet ou só o fazem raramente). Este nível pode ser comparado com uma média da UE de, respetivamente, 43% e 17%. Além disso, 18% da mão-de-obra portuguesa (empregada e desempregada) não tem quaisquer competências digitais, em comparação com uma média da UE de cerca de 10%. Certos grupos da população, como os idosos (nomeadamente nas zonas rurais) ou as pessoas com baixos rendimentos ou com baixos níveis de educação, enfrentam sérios riscos de exclusão digital em Portugal, conforme demonstrado pelo facto de apenas 31% das pessoas pertencentes a, pelo menos, um destes grupos<sup>5</sup> ter competências digitais básicas em 2017 (9 pontos percentuais abaixo da média da UE).

Portugal é um dos Estados-Membros da UE com a mais baixa percentagem de profissionais com competências especializadas em TIC no emprego total. Em 2016, atingiu 2,4% em comparação com uma média da UE de 3,7%. Contudo, a percentagem de empresas que

<sup>4</sup> Foram usados os dados mais recentes no IDES 2018. Pode dizer respeito a 2016 ou a 2015, consoante o Estado-Membro. Tal reflete-se na classificação IDES 2018. Os dados históricos foram atualizados pelo Eurostat.

<sup>5</sup> Este valor diz respeito a pessoas com, pelo menos, uma das seguintes 3 características: idade compreendida entre 55 e 74 anos; baixo nível de educação; desempregadas, inativas ou reformadas. Tanto os baixos níveis de educação como o desemprego são correlacionados com baixos níveis de rendimento.

empregam especialistas de TIC, que é de quase 20%, é ligeiramente superior à média da UE. É igualmente de assinalar que, em Portugal, um número comparativamente menor de empresas declarou ter vagas difíceis de preencher que exigiam competências especializadas em TIC em relação à UE no seu conjunto (respetivamente, 31% e 47,5% das empresas que recrutaram ou tentaram recrutar pessoal para empregos que exigem competências especializadas em TIC<sup>6</sup>). Em Portugal, a percentagem de pessoas com idade entre 20 e 29 anos com diplomas em CTEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) é por sua vez, mais ou menos similar à média da UE de cerca de 19%.

Em abril de 2017, Portugal lançou a sua nova Iniciativa Nacional em Competências Digitais (*INCoDe.2030*)<sup>7</sup>, que visa melhorar a literacia digital e promover a empregabilidade e a formação profissional, bem como a I&D (incluindo a participação em redes internacionais) em todos os domínios associados à transformação digital. *INCoDe.2030* também funciona como a Coligação Nacional de Portugal no contexto da Coligação para a Criação de Competências e Emprego na Área Digital. Os projetos emblemáticos que abrangem as cinco principais linhas de ação da iniciativa (*inclusão, educação, qualificação, especialização, investigação*) foram apresentados como parte da primeira fase da sua implementação. Incluem, entre outros, a criação de pontos de acesso à Internet, uma plataforma interativa para recolher e divulgar exemplos de medidas promissoras para combater a exclusão digital e uma série de ações de formação para promover a *cidadania digital* mediante a utilização de serviços públicos em linha, bem como de ferramentas como a *Qualifica+*, que visa colmatar défices de competências em grupos sociais com risco elevado de exclusão social. O Fórum Permanente para Competências Digitais foi designado como o órgão de governação encarregado de acompanhar e avaliar as iniciativas INCoDe.2030. A sua primeira conferência anual teve lugar em 6 de dezembro de 2017<sup>8</sup>. O setor privado e a sociedade civil portuguesa também desenvolveram ações para garantir que todos os cidadãos beneficiem da transformação digital, conforme ilustrado pelo lançamento do *Movimento pela Utilização Digital Ativa (MUDA)*<sup>9</sup>, que visa contribuir para reduzir o número de pessoas que nunca utilizaram a Internet, promovendo simultaneamente a aquisição de competências digitais avançadas.

Tendo em conta os desafios que Portugal enfrenta no que diz respeito ao reforço das competências digitais dos seus cidadãos, especialmente entre os grupos mais vulneráveis, bem como a importância das competências digitais para colher os benefícios da digitalização, será crucial acompanhar de perto a contribuição destas iniciativas para a realização dos objetivos políticos estratégicos neste domínio.

---

<sup>6</sup> Os valores excluem o setor financeiro e as empresas com menos de 10 empregados.

<sup>7</sup> [www.incode.2030.pt](http://www.incode.2030.pt)

<sup>8</sup> <http://www.incode2030.gov.pt/en/forum/conferencia2017>

<sup>9</sup> <https://www.muda.pt/quem-somos/>

### 3 Utilização de Serviços Internet

3 Utilização da Internet	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
<b>IDES 2018</b>	<b>21</b>	<b>46,3</b>	<b>48,3</b>	<b>50,5</b>
IDES 2017	19	43,9	45,0	47,5

	Portugal				UE
	IDES 2018		IDES 2017		IDES 2018
	Valor	classificação	valor	classificação	valor
<b>3a1 Notícias</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>80%</b> ↑	<b>13</b>	<b>78%</b>	<b>15</b>	<b>72%</b>
	2017		2016		2017
<b>3a2 Música, vídeo e jogos</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>83%</b>	<b>10</b>	<b>83%</b>	<b>10</b>	<b>78%</b>
	2016		2016		2016
<b>3a3 Vídeo a pedido</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>9%</b>	<b>22</b>	<b>9%</b>	<b>22</b>	<b>21%</b>
	2016		2016		2016
<b>3b1 Videochamadas</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>44%</b> ↑	<b>21</b>	<b>39%</b>	<b>21</b>	<b>46%</b>
	2017		2016		2017
<b>3b2 Redes sociais</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>76%</b> ↑	<b>8</b>	<b>74%</b>	<b>9</b>	<b>65%</b>
	2017		2016		2017
<b>3c1 Atividade bancária</b> % de cidadãos que utilizaram a Internet nos últimos 3 meses	<b>42%</b> ↑	<b>24</b>	<b>41%</b>	<b>24</b>	<b>61%</b>
	2017		2016		2017
<b>3c2 Compras</b> % de utilizadores da Internet (no último ano)	<b>45%</b> ↑	<b>24</b>	<b>43%</b>	<b>24</b>	<b>68%</b>
	2017		2016		2017

Apesar de registar progressos em quase todos os indicadores considerados no âmbito desta dimensão, Portugal desceu para a 21.<sup>a</sup> posição na classificação IDES 2018 (19.<sup>o</sup> lugar na edição anterior). O país continua a estar entre os dez principais Estados-Membros da UE em termos de percentagem de utilizadores da Internet que utilizam as redes sociais e que jogam ou descarregam jogos, imagens, filmes ou música. No entanto, está significativamente atrasado em relação à utilização das compras em linha e das operações bancárias em linha: apenas 45% e 42%, respetivamente, dos utilizadores da Internet em Portugal, em comparação com a média da UE de 68% e 61%. Embora esta situação possa, em parte, ser explicada por fatores idiossincráticos, o país ocupa o 24.<sup>o</sup> lugar entre os 28 Estados-Membros relativamente a estas duas atividades.

## 4 Integração das Tecnologias Digitais

4 Integração das Tecnologias Digitais	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2018	11	41,9	42,1	40,1
IDES 2017	9	42,9	38,5	36,7

	Portugal				UE
	IDES 2018		IDES 2017		IDES 2018
	valor	classificação	valor	classificação	valor
<b>4a1 Partilha de informações eletrónicas</b>	<b>40%</b>	<b>8</b>	<b>44%</b>	<b>4</b>	<b>34%</b>
% empresas	2017		2015		2017
<b>4a2 RFID</b>	<b>5,6%</b>	<b>10</b>	<b>8%</b>	<b>2</b>	<b>4,2%</b>
% empresas	2017		2014		2017
<b>4a3 Redes sociais</b>	<b>16%</b>	<b>19</b>	<b>17%</b>	<b>17</b>	<b>21%</b>
% empresas	2017		2016		2017
<b>4a4 Faturas eletrónicas</b>	<b>ND</b>		<b>19%</b>	<b>9</b>	<b>ND</b>
% empresas	2017		2016		2017
<b>4a5 Nuvem</b>	<b>14,4%</b>	<b>18</b>	<b>11,2%</b>	<b>18</b>	<b>ND</b>
% empresas	2017		2016		2017
<b>4b1 PME que vendem em linha</b>	<b>17,3%</b>	<b>12</b>	<b>18,1%</b>	<b>10</b>	<b>17,2%</b>
% de PME	2017		2016		2017
<b>4b2 Volume de negócios do comércio eletrónico</b>	<b>13,1%</b>	<b>6</b>	<b>12%</b>	<b>7</b>	<b>10,3%</b>
% do volume de negócios das PME	2017		2016		2017
<b>4b3 Venda em linha transfronteiras</b>	<b>8%</b>	<b>16</b>	<b>7,9%</b>	<b>16</b>	<b>8,4%</b>
% de PME	2017		2015		2017

A pontuação de Portugal neste domínio melhorou em 2017, embora apenas de forma limitada (1 ponto percentual). Em consequência, desceu do 9.º para o 11.º lugar na classificação. As pontuações do país deterioraram-se substancialmente em relação a alguns dos indicadores em que tinha melhores resultados do que a maioria dos seus congéneres no passado, como a percentagem de empresas que utilizavam a partilha de informações e as tecnologias de identificação por radiofrequência (RFID). Pode-se considerar que cerca de 25% das empresas portuguesas apresentam níveis elevados ou muito elevados de intensidade digital, conforme aferido pelo Índice de Intensidade Digital da Comissão, em comparação com uma média da UE de 21,5%. Em contrapartida, a percentagem de comércio eletrónico no volume de negócios das sociedades (16%) é quase 2 pontos percentuais inferior à média da UE e a percentagem de empresas que vendem em linha parece estar a esbater-se. As PME estão significativamente menos ativas em ambos os aspetos do que as suas congéneres de maior dimensão.

A agenda digital de Portugal inclui o objetivo de um aumento de 55%, até 2020 (ano de referência: 2011) do número de empresas que utilizam o comércio eletrónico, bem como medidas para aumentar a participação das PME na economia digital. Em janeiro de 2017, o Primeiro-Ministro de Portugal apresentou a estratégia nacional para a digitalização da economia, *Indústria 4.0*, que engloba 64 ações que envolvem entidades dos setores público e privado e colocou uma forte tónica no desenvolvimento do capital humano. Prevê-se que venha a mobilizar 4,5 mil milhões de EUR, incluindo 2,26 mil milhões de EUR dos Fundos



Europeus Estruturais e de Investimento ao longo de um período de quatro anos. A execução já foi iniciada, com cinco convites à apresentação de propostas até ao final de 2017 para ações de promoção da digitalização das PME através de modernizações tecnológicas, inovação produtiva e formação e reconversão de competências.

Foram recentemente adotadas algumas iniciativas promissoras para melhorar a competitividade de Portugal na economia digital. Por exemplo, o Programa *Startup Visa*<sup>10</sup>, que foi lançado em novembro de 2017<sup>11</sup> e inclui a Rede Nacional de Incubadoras, visa apoiar o desenvolvimento do ecossistema de empresas portuguesas em fase de arranque, atraindo fundadores estrangeiros de empresas em fase de arranque. Por sua vez, a Iniciativa *Clubes de Fornecedores*<sup>12</sup> visa promover a integração e a participação das empresas portuguesas, em especial das PME, nas cadeias de valor internacionais através da cooperação com empresas líderes (ou «nucleares»), melhorando assim o seu acesso aos mercados, tecnologias e competências. O protocolo para o estabelecimento da rede de apoio para a criação dos «Clubes de Fornecedores» foi acordado em fevereiro de 2017 e inclui 1,4 mil milhões de EUR de financiamento ao longo de um período de seis anos. A primeira fase da implementação resultou na seleção da Bosch como «empresa nuclear». A segunda fase, que está atualmente em curso, corresponde ao lançamento dos convites à apresentação de propostas consagrados ao reforço das capacidades nestas empresas que farão parte da rede de fornecedores Bosch.

---

<sup>10</sup> <http://startupportugal.com/startup-visa>

<sup>11</sup> Regulamento n.º 344/2017 de 13 de novembro de 2017.

<sup>12</sup> <https://www.iapmei.pt/PRODUTOS-E-SERVICOS/Incentivos-Financiamento/Portugal-2020/Clube-de-Fornecedores.aspx>

## 5 Serviços Públicos Digitais

5 Serviços Públicos Digitais	Portugal		Grupo	UE
	classificação	pontuação	pontuação	pontuação
IDES 2018	12	59,6	58,5	57,5
IDES 2017	11	59,0	54,9	53,7

	Portugal				UE	
	IDES 2018		IDES 2017		IDES 2018	
	valor	classificação	valor	classificação	valor	
<b>5a1 Utilizadores de serviços de administração pública em linha<sup>13</sup></b> % de utilizadores da Internet que necessitam de apresentar formulários	56%	↓	16	58%	17	58%
	2017		2016		2017	
<b>5a2 Formulários pré-preenchidos</b> Pontuação (0 a 100)	74	→	7	74	4	53
	2017		2016		2017	
<b>5a3 Prestação integral de serviços em linha</b> Pontuação (0 a 100)	96	→	2	96	4	84
	2017		2016		2017	
<b>5a4 Serviços públicos digitais para empresas</b> Pontuação (0 a 100) — incluindo serviços nacionais e transfronteiras	88	→	12	88	12	83
	2017		2016		2017	
<b>5a5 Dados abertos</b> % da pontuação máxima	47%	↓	27	41%	25	73%
	2017		2016		2017	
<b>5b1 Serviços de saúde em linha</b> % pessoas	14%		17	ND		18%
	2017					

Em termos gerais, os progressos realizados por Portugal no âmbito desta dimensão no IDES 2018 foram limitados em comparação com o ano anterior. Em certa medida, esta situação pode explicar-se pela percentagem relativamente elevada da população com competências digitais insuficientes e que não utiliza a Internet ou apenas o faz raramente (ver mais pormenores na secção 2).

Verificou-se uma descida de 2 pontos percentuais na percentagem de utilizadores da administração pública em linha entre 2016 e 2017, ao passo que a utilização de dados abertos aumentou cerca de 6 pontos percentuais. O nível de serviços concluídos em linha, por seu turno, manteve-se praticamente inalterado (sendo Portugal um dos líderes da UE a esse respeito), tal como tanto a quantidade de dados pré-preenchidos em formulários em linha de serviços públicos como a pontuação do país relativamente a serviços públicos digitais para empresas.

Cerca de 14% dos cidadãos do país utilizaram serviços de saúde em linha em 2017, em comparação com uma média de 18% na UE. Será, por conseguinte, necessário envidar mais esforços para garantir que maiores segmentos da população usufruam dos benefícios da digitalização neste domínio. Portugal lançou recentemente uma iniciativa em linha

<sup>13</sup> A definição deste indicador foi alterada. O novo indicador mede os utilizadores da administração pública em linha, em percentagem dos utilizadores da Internet que necessitam de apresentar formulários à administração pública.

promissora para promover a literacia em matéria de saúde, que poderá ser decisiva nesta matéria (ver Destaque de 2018 infra).

#### **Destaque de 2018: Biblioteca de Literacia em Saúde<sup>14</sup>**

O sistema nacional de saúde português tem em curso um processo de modernização com a implementação do projeto *SNS+ Proximidade*<sup>15</sup>, que visa colocar o cidadão no centro do sistema de saúde. Um dos elementos fulcrais deste processo é a promoção da literacia no domínio da saúde, tendo nesse sentido sido criada, em junho de 2017, a Biblioteca de Literacia em Saúde<sup>16</sup>. Esta ferramenta em linha facilita o acesso à informação no domínio da saúde, promovendo a autonomia das pessoas nesta área.

A Biblioteca de Literacia em Saúde recolhe, analisa, seleciona e divulga recursos para boas práticas na educação, literacia e autocuidados no domínio da saúde. Atualmente, os recursos disponíveis abrangem temas como a vida ativa e a promoção e proteção da saúde em diferentes fases da vida, sem estarem centrados em condições específicas. Estes temas serão gradualmente alargados e será desenvolvida uma Rede Inteligente para a Promoção da Literacia em Saúde. A Biblioteca permite também aceder a uma Agenda de Saúde Pessoal, que é uma ferramenta em linha personalizada e confidencial, que inclui informações relevantes sobre a saúde de uma pessoa. Estes instrumentos são fundamentais para capacitar os cidadãos e, por conseguinte, para promover a sua participação nas decisões sobre os seus cuidados de saúde.

---

<sup>14</sup> Capítulo 5 — Secção 5.1 em Online HiT Portugal. Disponível em <http://www.hspm.org/countries/portugal25062012/countrypage.aspx>

<sup>15</sup> <http://sns24.gov.pt/home/informacao-de-saude-2/sns-proximidade/>

<sup>16</sup> <http://biblioteca.sns.gov.pt>